



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião - ATA

Assunto da reunião:	Reunião de controle do Comitê Gestor Regional do e-Gestão
Data da reunião:	23/06/2020 das 14:00 às 15:00
Local da reunião:	Google Meet

Participantes

Nome	Entidade/Unidade	Função
Ney Fraga Filho	Juiz do Trabalho Substituto	Presidente do Comitê Gestor Regional do e-Gestão
Ana Valéria Santos Cavalcante	Secretaria de Gestão Estratégica	Membro do Comitê
Francisco Patrício Pinheiro	Secretaria Judiciária	Membro do Comitê
José Mário Viana Barbosa Júnior	Secretaria de Tecnologia da informação	Membro do Comitê
Francisco Otávio	16ª Vara do Trabalho de Fortaleza	Membro do Comitê
Antônio Thirso	11ª Vara do Trabalho de Fortaleza	Membro do Comitê
Rômulo Celso Bezerra e Azevedo	Secretaria de Tecnologia da informação	Convidado para reunião
Henrique Jorge Bruno Costa	Divisão de Precatórios	Convidado para reunião

Deliberações

1) Calendário das reuniões do Comitê do e-Gestão até o final de 2020

- Reunião dia 23 de Junho - Terça feira (14:00)
- Reunião dia 28 de Julho - Terça feira (14:00)
- Reunião dia 25 de Agosto - Terça feira (14:00)
- Reunião dia 29 de Setembro - Terça feira (14:00)
- Reunião dia 27 de Outubro - Terça feira (14:00)
- Reunião dia 24 de Novembro - Terça feira (14:00)
- Reunião dia 15 de Dezembro - Terça feira (14:00)
- Pautas serão concentradas no arquivo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião – ATA

https://docs.google.com/document/d/1wxZC_VE2mm2ey4zH9fTxiiP3HkVjJOlcE50GgzAbFq8/edit?usp=sharing

2) Divergência entre dados das RPVs apresentados no Portal de Serviços (Site do TRT) e no e-Gestão

- Por provocação da Presidência, em decorrência de tema presente na Ata de Correição do ano de 2018 deste Regional, confirmamos a divergência de dados das RPVs apresentadas no Portal de Serviços (Site do TRT) e no e-Gestão;
- O projeto "DSTIC-517 - Informações de RPV's no Portal de Serviços do TRT7" foi conduzido e encerrado ainda no ano de 2018, conforme PROAD 3780/2017 e Termo de Encerramento (Doc. 18 do PROAD). O projeto em questão teve os seguintes produtos:
 - 1 - Criado no sítio do portal de serviços do TRT o acompanhamento das RPV's, conforme solicitado na Correição Geral de Junho/2016;
 - 2 - Alterado no SICOND a estatística de RPVs para colher os dados diretamente do PJE;
 - 3 - Alteradas as consultas do e-Gestão para também, colher os dados diretamente do PJE.
- A novidade de 2018 para cá (quando projeto acima foi encerrado) que gerou a incompatibilidade entre Portal de Serviços e e-Gestão foi a mudança na forma de operacionalização das RPVs, especialmente as federais (não estão mais sendo alimentadas no sistema de RPV legado);
- Em contato com a Divisão de Precatórios, foram detectadas inconsistências tanto na listagem do Portal de Serviços quanto na listagem do e-Gestão. Elas devem-se tanto aos critérios de consulta utilizados nas ferramentas quanto a falhas na alimentação dos sistemas;
- A Divisão de Precatórios e a Secretaria de Tecnologia da Informação estão trabalhando de maneira conjunta para unificar os critérios de recuperação dos dados de RPVs no Portal de Serviços e do e-Gestão;
- A unificação e apresentação de dados fidedignos de RPVs tem se mostrado complexa pois os critérios para obtenção das informações diretamente do PJe são ambíguos e confundem-se com dados de precatórios;
- No momento, a SETIC está aguardando que a Divisão de Precatórios encaminhe o valor máximo das RPVs por município para que possamos incorporá-los aos critérios de consulta. É necessário especificar, inclusive, períodos de datas relacionados aos valores máximos de cada município;
- Assim que finalizadas as unificações e correções de critérios, já reenviaremos as remessas do e-Gestão de 2020 com as correções;
- Rômulo sugeriu que fosse realizada revisão dos manuais de expedição de RPVs no PJe que estão publicados na Intranet. A sugestão foi acatada pelo Comitê. A revisão será realizada pela Divisão de Precatórios;
- Henrique relatou que RPVs federais também serão pagas pela Divisão de Precatórios. Comitê recomendou que, para que não haja falha em lançamentos e indicadores do e-Gestão, a própria Divisão realize o lançamento do movimento de quitação da RPV no PJe;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião – ATA

3) Indicadores de acórdãos publicados zerados no e-Gestão

Segue chamado aberto por Ana Valéria S48973:

Prezados,

Informo que em todos os relatórios do sistema e-Gestão, da 2ª Instância o nr. de Acórdão Publicados está zerado para qualquer mês que se pesquise.

Esse fato prejudica bastante as estatísticas dos Desembargadores, posto que tal informação encontra-se equivocada. Assim, solicito a gentileza de atualizar/retificar os relatórios com os dados existentes.

OBS: no sistema sicond, oriundo das consultas do e-Gestão as estatística dos Acórdão não estão zeradas para nenhum mês solicitado.

Atenciosamente,

*Ana Valéria Santos Cavalcante
Secretaria de Gestão Estratégica
Seção de Estatística e Pesquisa
(85) 33889497*

Avaliação do Comitê:

Os indicadores envolvidos são:

- [92.213](#) - Acórdão publicados
- [92.214](#) - Decisões monocráticas publicadas

Em verificação na base local do e-Gestão e nas remessas geradas no ano de 2020, ambos indicadores estão sendo gerados com processos, o que também pode ser verificado pelo Sicond. Ao que parece, o problema acontece na exibição dos dados no painel do próprio e-Gestão, mantido pelo TST.

Dados de Fevereiro de 2020 extraídos da base de dados:

92,213	Acórdãos publicados	Q	1,031
92,214	Decisões monocráticas publicadas	Q	54

Dados de Fevereiro de 2020 extraídos do relatório do e-Gestão/2 Instância/Relatório de Resumo/B - Exercício da Função Jurisdicional/B.13 - Lavratura de acórdãos e publicações/2.2.13.4-5 - Publicação:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

Ata de Reunião – ATA

a

2.2.12. Publicação

2.2.12. Publicação		Legado		PJe		Total
		Qnt.	%	Qnt.	%	
(A) Publicados	(A1) Acórdãos	N/I	..	N/I	..	N/I
	(A2) Decisões monocráticas	N/I	..	N/I	..	N/I
	Subtotal	N/I	..	N/I	..	N/I
(B) Acórdãos pendentes de publicação	(B1) Aguardando assinatura do MPT	N/I	100,0%	N/I
	(B2) Exceto aguardando assinatura do MPT	N/I	..	N/I	..	N/I
	Subtotal	N/I	..	N/I	..	N/I

Notas:1) Símbolo Utilizado: N/I quantidade não informada;

Assim, o problema parece ser no visualizador do TST. Foi registrado chamado para TST sob número “EG-3725 - Acórdãos e decisões publicadas não estão sendo exibidas no e-Gestão”. O chamado aberto no TRT7 foi pausado aguardando atendimento pelo TST.

4) Reenvio das remessas de 2020

Embora a versão 2.5.5 do extrator do e-Gestão tenha sido liberada, um pré-requisito para sua implantação é o PJe 2.5.5, que ainda não foi liberado para uso do TRT7 (foi apenas para dois Regionais). A previsão de liberação do PJe 2.5.5 é para 10 de Julho, e ficaríamos com pouco tempo para homologar PJe, extrator do e-Gestão 2.5.5, além de recarregar todas remessas de 2020 até o final de Julho de 2020.

Desta maneira, vamos reenviar as cargas de 2020 assim que tivermos as correções das RPVs com a versão 2.5.4 do extrator do e-Gestão PJe (já em implantação).

Assim que o PJe 2.5.5 for liberado no Regional, iniciaremos a implantação do extrator do e-Gestão PJe no Regional.

5) Revisão dos prazos configurados no e-Gestão PJe de 2o Grau

Foi encaminhado para Presidência [PROAD 2778/2020](#) para consulta quanto aos prazos dos desembargadores nos indicadores da segunda instância. Ainda aguardando pronunciamento da Presidência. Jonathan deve entrar em contato com Secretário Geral da Presidência, Fernando Freitas, para verificar se já existe alguma deliberação quanto ao assunto, preferencialmente antes do reenvio das remessas de 2020.